



¹ Graduada em Comunicação Social pela UFPE; Mestra e Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ.

COMO CITAR: HOLANDA, Claudia. "O mal-estar de sermos ainda um país-promessa". Resenha do livro SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 7^o Ed., 2020. In: Revista Ensaios, vol. 19, jul-dez, 2021. p. 166-172.

O mal-estar de sermos ainda um país-promessa.

Resenha do livro SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 7^o Ed., 2020.

Claudia Holanda¹

Resumo: Muitos dos cenários descritos por Santos nesta obra lançada nos anos 80 ainda persistem na realidade brasileira. Esse texto retoma suas análises olhando para o Brasil de quase 40 anos depois. Ao longo desse período, os recuos políticos frente a medidas que poderiam diminuir desigualdades superam em muito nossos curtos avanços. A cidadania no Brasil ainda é um privilégio, não um direito. A submissão do modelo cívico à economia capitalista, criticada por Santos, transforma o cidadão em consumidor, fazendo com que direitos básicos sejam confundidos com conquistas pessoais. A cidadania no Brasil continua incompleta e, mais grave ainda, em constante risco de sequestro diante daqueles que flertam com governos autocráticos.

Palavras-chave: cidadania, modelo cívico, consumidor.

Discontents of still being a promise- country.

Abstract: Many of the scenarios described by Santos in this work released in the eighties still persist in Brazilian reality. This review resumes his analysis looking at Brazil almost 40 years later. Throughout this period, political retreats from measures that could reduce inequalities far outweigh our short advances. Citizenship in Brazil is still a privilege, not a right. The submission of the civic model to the capitalist economy, criticized by Santos, transforms the citizen into a consumer, making basic rights confused with personal achievements. Citizenship in Brazil remains incomplete and, even worse, at constant risk of kidnapping from those who flirt with autocratic governments.

Keywords: citizenship, civic model, end user.

Com esse livro, lançado originalmente em 1987, portanto às vésperas da promulgação da Constituição Federal de 1988, Milton Santos pretendia contribuir para o debate sobre a redemocratização brasileira. Santos (2020) discute o conceito de cidadania, argumentando que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, assim como os bens e serviços também são distribuídos conforme uma hierarquia urbana fazendo com que o acesso a esses bens e serviços não seja uma realidade para a maioria das pessoas, gerando cidadãos incompletos.

Milton Santos foi um dos principais intelectuais brasileiros do século XX. A perspectiva humanista de seu trabalho e sua pesquisa sobre urbanização e globalização o levaram a receber o prêmio Vautrin Lud, considerado o "Nobel da Geografia". O pensador baiano foi o primeiro fora do mundo anglo-saxão e o único brasileiro a receber a distinção.

Para Santos (2020), a submissão do modelo político e do modelo cívico ao modelo econômico levou ao avanço e concretização da ideologia capitalista. Ele sugere uma inversão de enfoque no tratamento dos problemas socioeconômicos com vistas à construção da cidadania: o modelo cívico teria que ser prevalente à economia. Deve-se partir do cidadão para a economia e não ao contrário.

O salário mínimo, por exemplo, não deveria ser estabelecido em função dos mandamentos da economia, mas da cultura. Santos (2020, p.18) argumenta que a plena realização material e imaterial do homem "deve resultar de um quadro de vida que inclua a economia e a cultura". A economia e a cultura, por seu lado, têm a ver com o papel determinante do território, que constitui um dado ativo, "devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade" (SANTOS, 2020, p.18). Para que haja justiça social, é preciso uma mudança de abordagem. O salário mínimo deveria ser tratado como uma questão de dignidade, em vez de um problema contábil do interesse das empresas.

Além da economia, o território também é visto por Santos (2020) como uma variante crucial quando se pensa em direitos e cidadania. O território é um dado ativo porque depende de decisões de governo e forças de mercado. Sendo assim, a distribuição geográfica da rede urbana de serviços é diferente a depender do território e da posição financeira do

indivíduo. Em uma localidade, todos os recursos podem estar presentes, enquanto em outros o indivíduo fica refém das carências locais. O poder público colabora para a supervalorização de certas áreas com vistas à especulação, ao mesmo tempo que abandona outras ao não implementar as políticas públicas necessárias em relação, por exemplo, ao transporte, infraestrutura, lazer e educação.

O autor afirma que o cidadão é o indivíduo num lugar e é no território que a cidadania se dá. "A redemocratização não estará completa enquanto todos não forem considerados igualmente cidadãos, seja qual for o lugar em que se encontrem" (SANTOS, 2020, p.150). A cidadania, para se dar como tal, requer direitos territoriais, culturais e ao entorno, porém o sistema distribui pessoas de modo desigual. Aqui, há pontos de contato entre Milton Santos e o conceito de "direito à cidade", elaborado por Henri Lefebvre em 1968. Usufruir da cidade deveria ser um direito de todos, o espaço comum urbano deveria ser um local de encontro, porém Lefebvre (2006) já observava que as cidades estavam sendo pensadas como mercadorias. O direito à cidade inclui o direito de participação nas decisões sobre o território, dando condições para que o cidadão possa influenciar sobre questões de trabalho, moradia, saneamento básico, meio ambiente, saúde, transporte público, lazer e informação.

Como fruto dessa distorção territorial, o sistema de transporte mal planejado é um dos problemas que mais impedem o direito real à cidade. O morador da periferia enfrenta muito mais obstáculos no trajeto cotidiano ao trabalho em transportes caros, precários e itinerários entediantes, tantas vezes perigosos. Onde está o direito ao entorno, se a fruição do lazer também é reduzida, tanto pelas poucas possibilidades em seu território quanto pela escassez de transporte, impedindo a locomoção para outras localidades da cidade?

Analisando a tríade "classe, renda e lugar", Santos (2020) observa que o valor de cada indivíduo como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território. Pessoas com a mesma formação e potencialidades têm valor diferente conforme o lugar em que vivem, pois as oportunidades não são as mesmas. Não é possível interpretar as classes sociais sem levar em conta a base territorial.

Mais de 30 anos após o lançamento do livro, percebemos que a cidadania no Brasil continua incompleta e, mais grave ainda, em constante risco de sequestro diante daqueles que flertam com governos autocráticos. O simples fato de nascer, explica o autor do livro, faz de cada um portador de prerrogativas sociais, como direito à moradia, comida, educação, saúde, ao trabalho, à justiça, liberdade e uma existência digna. Mas a cidadania brasileira é tão mal-acabada, observou Santos (2020), que muitos nem sequer sabem que não são cidadãos plenos de direitos.

O livro foi escrito ao longo dos 10 anos anteriores a 1987, portanto a referência aos regimes despóticos é natural na obra para citar cenários onde a cidadania foi suprimida da forma mais radical, especialmente em países do Terceiro Mundo. O próprio professor Santos foi vítima direta do regime ditatorial no Brasil. Ele chegou a ser preso após o golpe de 1964, logo depois seguiu para o exílio na França, só retornando em 1977.

No entanto, observa-se com mais nitidez hoje em dia que a perda do direito ao trabalho, à remuneração digna, à informação, ao voto e a à salvaguarda da cultura, não acontecem apenas em regimes arbitrários militarizados que tomam o poder à força. A ideologia neoliberal junto a governos de tendências antidemocráticas, porém eleitos pelo voto, podem agir em comunhão no ataque incessante aos setores da arte e cultura, no redesenho da perda dos direitos trabalhistas, para confundir a população com informações propositadamente inverídicas, atualmente espalhadas sobretudo por meio de canais digitais.

Milton Santos falava da distribuição desigual da informação nas regiões periféricas que deixava o indivíduo desinformado "desarmado diante das mutações tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um" (SANTOS, 2020, p. 113). Hoje em dia, diante do fenômeno das fake news, essa desinformação é agravada pelo oceano de informações falsas distribuídas, inclusive, por equipes financiadas pelos detentores do poder. Já não podemos falar mais de insuficiência ou falta de acesso, mas de um amontoado de informações incorretas e inconsistentes, capazes de causar verdadeiras tragédias num país como o Brasil, com uma noção tão ordinária de cidadania e de direitos humanos.

O autor aponta peculiaridades na produção brasileira do não-cidadão, pois em nenhum outro país aconteceu de forma simultânea em

menos de trinta anos, processos tais como a desruralização, migrações em larga escala, urbanização, expansão do consumo de massa, trágico crescimento econômico que levou riqueza para poucos, concentração da mídia, enfraquecimento do sistema de educação e a instalação de um regime repressivo que retirou direitos básicos dos indivíduos. Assim, em lugar do cidadão formou-se o consumidor, que aceita ser chamado de usuário, refletindo aí também um forte componente de alienação. A mídia atua no papel destacado de sedução do público para impor gostos e preços ajudando a colocar o indivíduo no lugar de consumidor, no entanto, um consumidor insatisfeito, dependente de novos objetos. Como diz Baudrillard (1970), a sociedade do consumo é também a sociedade de aprendizado do consumo, cujos templos são os shoppings centers e os supermercados. O lazer se confunde com o prazer de comprar.

As migrações também são fenômenos transformadores e não podem ser analisadas sem suas consequências para o indivíduo e para o território. Santos (2020) argumenta que cultura e territorialidade são de certa forma sinônimos. A cultura é o que dá a consciência de pertencer a algum grupo, por isso que as migrações agridem o indivíduo, "roubando-lhe parte do seu ser, o obrigando a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar" (SANTOS, 2020, p.82). O migrante, pode-se dizer, é um desterrado. O indivíduo se depara com um espaço que não conhece a história e não ajudou a criar, passa a viver um processo de alienação. Quem sai do seu território, deixa pra trás uma cultura para encontrar outra. No entanto, se a desterritorialização é perda, também é doação, já que as novas culturas passam a se interferir mutuamente, alterando o território, a cultura e o próprio indivíduo.

Escrevendo nos anos 80, Santos (2020) traz à discussão o problema dos desempregados, que só naquela década passariam a ter direitos reconhecidos e, mesmo assim, de forma precária. A burocracia brasileira não opera para solução de problemas, deixando a maioria da população abandonada à própria sorte, vitimando de forma ainda mais cruel o negro, o povo nordestino e as mulheres, por conta de desigualdades institucionais. As empresas, especialmente os bancos, já começavam a agir naquela época como instituições governamentais. No caso do Brasil, onde a figura do cidadão é praticamente inexistente, os abusos são ainda mais frequentes.

Nos dias de hoje, não só os bancos, mas também as gigantes que administram redes sociais e conteúdos digitais rastreiam nossos dados, sabem detalhes de nossas vidas, preferências, amizades e trajetos. O direito à privacidade e ao anonimato está comprometido e o consumidor mais-que-perfeito foi atualizado com esmero, já que esse montante informacional é manobrado, prioritariamente, para fins mercantis .

A crise da cidadania não é apenas urbana, mas sobretudo rural, afirma o autor da obra. O indivíduo do campo é ainda menos titular de direitos que a maioria dos moradores da cidade, pois a ausência de serviços públicos se agrava na área rural. O brasileiro vive então "uma cidadania mutilada", subalterna, muito longe do que se vê em outros países capitalistas. Além do homem do campo, cabe também falar sobre a condição da população indígena em aldeias, que desde a chegada do povo branco, sempre esteve ameaçada. É longo o histórico de perseguição e extermínio dos povos originários por parte do Estado brasileiro em aliança com latifundiários, grileiros, garimpeiros, posseiros e donos de madeireiras. Durante o período democrático brasileiro, a situação se agravou no governo Bolsonaro, que incentiva abertamente invasões violentas como também trabalha no Congresso para criação de leis que legalizam a usurpação de terras indígenas.

A pobreza da nossa cidadania nos faz ceder ao clientelismo, na mesma medida que vemos poucos partidos dignos desse nome em nosso sistema político-partidário. Com muita acurácia, Santos (2020) argumenta que a quantidade de partidos não verdadeiros, porém reais, impossibilita um equilíbrio de representatividade e leva à institucionalização de um Estado incapaz de mudanças benéficas para a sociedade brasileira. As classes proprietárias brasileiras não se importam com direitos, mas em manter privilégios

Em meio ao debate sobre a nova constituição brasileira, com esse livro Milton Santos mostra dilemas cristalizados no Brasil que o impedem de se realizar como uma nação vigorosa e igualitária, como também aponta uma nova forma de pensar e agir para que se superem esses problemas. Confundir consumidor com cidadão leva ao engano de achar que educação, moradia, saúde e lazer são conquistas pessoais, e não direitos sociais. O direito à moradia, por exemplo, não pode ser confundido com o

direito de ser proprietário. O modelo cívico tem que ser o guia do modelo econômico, não o contrário, como acontece. O território, por mais distante que esteja dos centros de poder, deveria receber as políticas públicas necessárias para garantir o bem viver de sua população.

Todos merecem uma vida decente, não importando se moram na cidade ou no campo. O Estado deve atuar para que todo indivíduo possa se realizar como um ser humano integral, sendo ativo para corrigir a escandalosa desigualdade econômica e social que reduz a existência à luta pela sobrevivência.

O "Espaço do Cidadão" é um livro crítico e lamentoso, de quem vê com desassossego as potencialidades recalçadas do Brasil e o mal-estar de sermos ainda um país-promessa. Darcy Ribeiro, esse outro grande brasileiro contemporâneo de Santos, disse nos anos 90 "que o Brasil sempre foi e ainda é um moinho de gastar gente" (RIBEIRO, 2016). Ainda nos corrói as velhas oligarquias, a perversão das elites e o grau de injustiça social que estrangula possibilidades de igualdade e nos diminui como gente. Duro dizer: continuamos a ser um país que ainda não deu certo, o Brasil ainda não encontrou seu próprio caminho. A realização do Brasil como país ainda é uma tarefa.

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Coimbra: Edições 70. 2008
LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2006
RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema. São Paulo: Global Editora. 2016
SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp. 2020.